

O Processo de Construção da Educação Inclusiva para os Estudantes Surdos

The Process of Building Inclusive Education for Deaf Students

Marcia Eto Ifa Tatsumi^{*a}; Nelson Dias^a

^aUniversidade Federal de Mato Grosso do Sul, MS, Brasil.

*E-mail: marisolifa@gmail.com

Resumo

A educação inclusiva dos estudantes surdos hoje se estabelece por meio da perspectiva bilíngue. No entanto, ao longo da história, esse grupo foi submetido a abordagens que até hoje possuem resquícios em seu processo educacional. O objetivo desse texto foi baseado no processo de construção da educação inclusiva para os estudantes surdos no ensino regular, propondo uma investigação da trajetória ao longo dos séculos, envolvendo conceitos legais e as práticas educacionais dessa modalidade de ensino na atualidade. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica por meio de coleta de dados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Ministério da Educação. O recorte temporal para seleção dos textos foi realizado entre os anos de 2007 a 2022. O critério de inclusão dos textos foram as temáticas sobre o processo de inclusão dos estudantes surdos no projeto de educação bilíngue no ensino regular. A partir das leituras, foram criados 4 eixos de análises: Abordagens educacionais dos estudantes surdos; O funcionamento da escola regular para a educação especial; O acesso à Língua Brasileira de Sinais - Libras na educação do surdo; O processo de ensino para o aluno surdo promove uma aprendizagem significativa. A análise de dados obtidos mostrou ações que promovem práticas educacionais com significações e aprendizado ao aluno, no entanto ainda com muitos desafios na educação dos surdos. Conclui-se que profissionais da educação inclusiva precisam trabalhar em articulação com os professores da educação básica para que as aulas possam ser acessíveis aos estudantes surdos.

Palavras-chave: Inclusão. Comunidade Surda. Trajetória Histórica.

Abstract

The inclusive education of deaf students is now established through a bilingual perspective. However, throughout history, this group has been subjected to approaches that even today have remnants in their educational process. The objective of this text was based on the process of construction of inclusive education for deaf students in regular education, proposing an investigation of the trajectory over the centuries, involving legal concepts and the educational practices of this type of education today. For this, bibliographic research was carried out through data collection in the Journal Portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel/Ministry of Education. The time frame for the selection of texts was carried out between 2007 and 2022. The criteria for inclusion of texts were the themes about the process of inclusion of deaf students in the bilingual education project in regular education. From the readings, 4 axes of analysis were created: Educational approaches to deaf students; The functioning of the regular school for special education; Access to Brazilian Sign Language - Libras in the education of the deaf; The teaching process for deaf students promotes meaningful learning. The analysis of the data obtained showed actions that promote educational practices with meanings and student learning, although there are still many challenges in the education of deaf people. It is concluded that inclusive education professionals need to work in conjunction with basic education teachers so that classes can be accessible to deaf students.

Keyword: Inclusion. Deaf Community. Historical Trajectory.

1 Introdução

Neste estudo abordaremos a trajetória educacional dos surdos. Estes tiveram diferentes abordagens educacionais ao longo dos anos, no que se refere ao processo de aquisição linguística. Os impactos dos métodos de ensino aos surdos se dividiram em três práticas pedagógicas desenvolvidas por meio das abordagens: Oralismo, Comunicação Total e o Bilinguismo.

Nesse sentido, Gesser (2009) afirma que a Língua Brasileira de Sinais assume um papel fundamental no desenvolvimento da linguagem desses sujeitos. Para esta autora é por meio da Libras que os surdos conseguem expressar distintamente suas

ideias e suas emoções. Nessa perspectiva, a escola provida de profissionais capacitados para atender esse grupo de estudantes, os insere no processo de ensino e aprendizagem de modo a incluí-los.

Assim compreendemos que a educação inclusiva tem papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes surdos. Procedimentos avaliativos com devido suporte, valoriza ao invés de excluir a diversidade linguística desses educandos. Para Shimazaki e Mori (2012), essa modalidade de educação inclusiva, oferecida na escola regular com atendimento para os alunos com algum tipo de deficiência requer atendimento especializado com recursos

pedagógicos, métodos educacionais e acessibilidade para que, esses, desenvolvam e assimilem o conhecimento.

Nesse sentido, este artigo, tem por objetivo discutir o processo de construção da educação inclusiva para os estudantes surdos no ensino regular, propondo uma investigação da trajetória ao longo dos séculos, envolvendo conceitos legais e as práticas educacionais dessa modalidade de ensino na atualidade. Para isso, realizamos uma revisão bibliográfica com discussões cujas dificuldades enfrentadas pelos surdos ao longo da história ainda são pertinentes.

2 Desenvolvimento

2.1 Metodologia

Uma pesquisa bibliográfica busca vários percursos que demonstram a realidade. Segundo Severino (2007, p.122) este tipo de pesquisa é “aquela que se realiza a partir do registro disponível decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos como livros, artigos, teses e dissertações”. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica pode ser considerada uma ação formal com metodologia concentrada a um recurso científico e se constitui no trajeto de conhecer a realidade ou para esclarecer a autenticidade dos fatos.

O levantamento foi realizado por meio de coleta de dados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Ministério da Educação (CAPES/MEC). Foram feitas buscas utilizando os seguintes descritores: educação especial; surdo; educação. Obtivemos, como resultados, 115 trabalhos. Foi realizado um filtro por data de publicação de 2007 a 2022, selecionando 104 trabalhos. As pesquisas dos artigos encontrados sofreram uma nova filtragem, tendo sido excluídos aqueles cujo a intervenção não privilegia práticas metodológicas com estudantes surdos, assim delimitando um recorte com as principais informações necessárias, para que desenvolva a pesquisa.

Das pesquisas selecionadas todos foram lidos na íntegra, destes, foram discutidas as intervenções realizadas e os resultados apresentados através dos sete artigos selecionados para este estudo. Portanto, faremos referência a sete estudos desenvolvidos entre 2007 a 2022 que podem dar algumas contribuições para compreender a educação dos surdos.

Após a leitura dos resumos dos trabalhos, sistematizamos e criamos três eixos para a discussão: a) abordagens educacionais dos estudantes surdos; b) funcionamento da escola regular para a educação especial; c) o acesso à Língua Brasileira de Sinais - Libras na educação do surdo; d) o processo de ensino para o aluno surdo promove uma aprendizagem significativa.

2.2 Abordagens educacionais dos estudantes surdos

2.2.1 Oralismo

O oralismo tem início na Alemanha a partir do ano de 1750, Samuel Heinick um filósofo que reconhecia que a língua oral era uma forma de inserir o sujeito na sociedade, procurava desenvolver esse método, que segundo ele, auxiliaria

no desenvolvimento cognitivo e linguístico dos surdos, primordial na aquisição da leitura e escrita. Esse educador, de acordo com Goldfeld (2001), foi o primeiro a utilizar como filosofia educacional o oralismo em escola pública com objetivo de desenvolver a fala dos sujeitos surdos.

O século XVIII é um período em que a história dos surdos começa a mudar, com a fundação de escolas para surdos com professores, escritores e filósofos surdos criando assim, o que viria a ser mais tarde uma comunidade que se reconhecera pela sua cultura baseada nas experiências visuais.

Thomas Hopkins Gallaudet, em 1815, um professor americano interessado na educação desse grupo, foi em busca de informações partindo para Inglaterra, Goldfeld (2001) afirma que esteve com a família Braidwood, que usava apenas o oralismo na educação dos surdos.

No entanto, apesar das tendências oralistas persistirem, em 1817 nos Estados Unidos da América, Thomas Hopkins Gallaudet, juntamente com Laurent Clark criaram a escola para os surdos, e, em 1821 todas as escolas americanas públicas adotaram a Língua de Sinais Americana.

Nos anos seguintes, o mesmo aconteceu no Brasil, em 1855 a convite de D. Pedro II chega o professor surdo francês Ernest Huet para trabalhar com crianças surdas, com bolsas de estudo financiadas pelo Império. Bem como, em 26 de setembro de 1857 é fundado no Rio de Janeiro o Imperial Instituto de Surdos Mudos - IISM que atualmente alterou o nome Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Apesar da Língua de sinais ter ganhado espaço em instituições de ensino como a Gallaudet e o IISM, no ano de 1880 em Milão – Itália ocorreu o Congresso Internacional de Surdos. Nesse evento, definiram que o método oral era o mais eficiente para a educação dos surdos, defendendo a tese de que apenas através da oralidade o surdo poderia ter o desenvolvimento integral na sociedade. No Congresso foi utilizado uma eleição de qual método poderia ser usado na educação dos surdos. Conforme Goldfeld (2001) menciona, na ocasião, o Oralismo ganhou. Por isso, durante um século a língua de sinais foi revogada. Goldfeld (2001) afirma que a partir do século XX a educação passou a ser pela oralização e as crianças surdas recebiam a educação pela oralidade deixando disciplinas em segundo plano por exemplo a matemática, geografia e história, por essa razão o nível escolar declinava.

Uma das características do oralismo era que os surdos necessitavam aprender a língua oral do seu país, podendo assim se integrar com a comunidade ouvinte com objetivo de reabilitação do surdo na normalidade. As metodologias utilizadas no oralismo eram: verbo-tonal, audiofonatória, aural, acupédico, entre outros, que buscava através dos estímulos da audição a aquisição da linguagem. No entanto, para Farias e Farias Filho (2022, p. 903) “em se tratando do surdo, devido sua impossibilidade de escutar sons, a interação com outras pessoas na sala de aula por meio da linguagem não pode ocorrer de forma oral”. Assim, outras perspectivas

começaram a ganhar força ampliando as possibilidades no uso de outras linguagens para além da oral. Porém é importante marcar que o oralismo manteve-se forte, como abordagem educacional até a década de 1960 conforme Coelho et al. (2022) menciona em seu trabalho de revisão de literatura sobre educação de surdos.

Nesse tópico, Goldfeld (2001) registra que surgiram diversas pesquisas sobre a língua de sinais aliando a outros códigos manuais, e, sua metodologia aplicada na educação de surdos pois, a comunidade surda estava descontente com o método oral. Nesse mesmo período surgiram as pesquisas em torno da linguagem do surdo com nova proposta pedagógica em relação a educação desse grupo. Dorothy Schieddlet (1965), professora e mãe de surdo, começava a utilizar de um novo método que associava a língua de sinais com a língua oral, leitura labial e alfabeto manual nomeando de Abordagem Total, e, de acordo com Coelho et al. (2022) posteriormente foi renomeada para Comunicação Total.

2.2.2 Comunicação Total

Com o evidente fracasso do Oralismo, surge então, em 1968 por Roy Holcom, a abordagem da Comunicação Total, que se utiliza de as várias formas de comunicação. Para Lacerda (2007), essa abordagem de ensino tornou nova metodologia que defende o ensino de sinais juntamente com ensino oral e códigos manuais. Nessa abordagem a metodologia usada eram abordagens que envolviam aspectos cognitivos, emocionais e sociais juntamente com a língua oral e a língua de sinais, defendendo o uso de qualquer recurso linguístico para facilitar a comunicação. Coelho et al. (2022, p.877) reforça que foi a partir dos estudos de Willian Stokoe que “possibilitou a origem da utilização da língua de sinais e de outros códigos manuais para educar os surdos”. A língua de sinais começa a ganhar forma no processo de aprendizagem dos surdos juntamente com outras linguagens e códigos.

Na Suécia e Inglaterra na década de 1970, segundo Goldfeld (2001) perceberam que a língua de sinais deveria ser utilizada separadamente da língua oral. Já que a mistura de gestos e sinais com oralismo deixavam de compreender a informação dos professores ou da família, necessitavam de uma língua natural.

No EUA a comunicação total ganhou força, em sua elaboração, surgem vários códigos manuais que se somavam com a língua de sinais no processo de aprendizagem. língua de sinais para facilitar no processo de aprendizagem. E dessa forma contribuíram com o surgimento de uma abordagem educacional para uma educação bilíngue.

2.2.3 Bilinguismo

Entre as décadas de 1980 e 1990 no Brasil surge, de forma ainda tímida, a educação Bilíngue. No cenário mundial ganha cada vez mais seguidores dessa abordagem educacional. Nessa perspectiva, Quadros e Schmiedt (2006) afirma que na

educação Bilíngue é fundamental que a escola proporcione atividades educacionais em duas línguas, assumindo uma política linguística, definindo qual das línguas será representado como primeira língua e segunda língua no ambiente escolar.

O Bilinguismo como proposta para educação dos surdos, defende o aprendizado da língua de sinais, considerada a língua natural dos surdos e como segunda língua a língua oficial de seu país. Para Quadros (2008) a escola que adota o bilinguismo se baseando numa educação bilíngue envolve o ensino de duas línguas no contexto escolar.

A concepção primordial dos surdos é a importância do reconhecimento de sua diferença linguística, pois este grupo possui sua própria comunidade, cultura e língua própria. Dessa forma, a aprendizagem da Língua Portuguesa deve ocorrer como uma segunda língua na modalidade escrita para essa comunidade. O Bilinguismo aceita e convive diretamente com a diferença, procurando aproximar e facilitar a comunicação entre crianças surdas e a família ouvinte. O básico desta filosofia é o aprendizado da língua materna e natural (de sinais), e, como segunda língua, a oficial do país.

No Brasil a Educação Bilíngue de surdos está amparada por Lei e regulamentada pelo Decreto 5626/05, é reconhecido um marco histórico para os sujeitos surdos, pois foi resultado de lutas e requisições por parte dos movimentos sociais. Dessa maneira, as políticas públicas de inclusão baseada na concepção bilíngue, torna válida e eficaz para o ensino das duas línguas pelo país, Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa, fundamentais para a inclusão social destes sujeitos.

2.3 O funcionamento da escola para a educação inclusiva

Os docentes com o apoio do intérprete de Libras, segundo Lacerda (2007), desenvolvem a interação nas práticas de educação e a inclusão dos alunos surdos. Dessa forma, uma educação bilíngue com a presença de um intérprete de língua de sinais auxilia na sala de aula oferecendo aos alunos surdos acessibilidade aos conteúdos ministrados. O movimento de educação inclusiva de acordo com Sasaki (1997) define e garante que a escola proporcione o acesso ao ensino regular ao aluno surdo ou independente da sua deficiência.

Na pesquisa de Macedo e Matsumoto (2015), o trabalho de intervenção educacional elaborado pelo docente estimula os estudantes surdos com a proposta de contação de história. Utilizando como forma principal de comunicação a língua materna dos surdos para a alfabetização da Língua Portuguesa na modalidade escrita.

Em relação a Libras como a língua materna dos surdos, a escola regular propicia abordagem bilíngue dando importância à comunicação e realizando as práticas de alfabetização através dos estímulos priorizando sua língua. Em relação a isso, Lebedeff (2004) lembra que os surdos ao ingressar na escola passam por aquisições aprendendo a Libras, inseridas com atividades que privilegiam diálogos e textos.

A inclusão escolar proporciona aos alunos surdos terem acesso a Libras como primeira língua, como menciona Tartuci (2015). Esse autor supracitado, considera que trabalhar dessa forma, com a especificidade linguística desse grupo, garante o acesso à educação básica e ao atendimento da educação especial na escola pública. Dessa forma, fica evidente que a educação inclusiva prioriza a língua materna do surdo proporcionando o acesso e a apropriação da Língua Portuguesa na escola regular. Devido ao reconhecimento da Libras como a língua do surdo brasileiro nesse aspecto a lei garante o direito linguístico desse grupo dando acesso à educação na sua língua materna.

Para Calixto e Ribeiro (2016), ao pesquisarem essa temática, verificaram que o atendimento de educação inclusiva no município de Duque de Caxias – RJ segue os preceitos da educação bilíngue para surdos. A escola conta com uma equipe de profissionais especializados para o atendimento dos alunos. Nessa proposta, criar um local onde o aluno surdo possa desenvolver as habilidades linguísticas de duas línguas, atende a necessidade educacional prevista em lei. Dessa forma, a escola possibilita o desenvolvimento cognitivo, linguístico e social desses estudantes. A escola que assume a política linguística em que a educação bilíngue prioriza a acessibilidade dos alunos surdos, promove elos entre as línguas materna e a Língua Portuguesa.

Na pesquisa de Silva e Freire (2016), a proposta pedagógica da escola precisa envolver o docente e o intérprete em atividades que desenvolvam o ensino de Libras, promovendo ao aluno atendimento no aspecto transversal da educação especial. Dessa maneira, abordagem bilíngue contribui fornecendo a melhor qualidade de ensino, conscientizando profissionais envolvidos na educação especial, respeitando e valorizando a língua e cultura do surdo. Conforme Carvalho e Silva (2014) explicam que a escola deve estar organizada para receber o aluno com profissionais capacitados a atenderem a educação especial.

Em discussões realizadas por Fernandes e Laranja (2017), a presença do intérprete de língua de sinais contribui para a inclusão. A escola providencia um atendimento pleno com proposta curriculares, métodos didáticos e conhecimentos sobre a educação inclusiva destes alunos. Nesse sentido, o espaço onde se possa ter atendimento com profissionais especializados, a escola busca compreender a melhor implementação de ensino a educação especial. Conforme a lei nº 9394/96 a 3º da LDB, garantido pela Constituição Federal de 1988, designa os princípios da educação e os deveres do estado em relação à educação escolar pública, estabelecendo a incumbência em regime de colaboração, entre a União, os Estados o Distrito Federal e os Municípios.

Na proposta do estudo de Moret e Mendonça (2019) o atendimento no ensino inclusivo baseado na proposta bilíngue, as atividades desenvolvidas para sua alfabetização foi necessário a Libras para que o aluno entenda a metodologia proposta no ensino da segunda língua. Dessa forma, o

processo de alfabetização não é fácil e exige preparação e dedicação do docente para entender sobre o processo do ensino especial. Segundo Quadros e Schmiedt (2006) para obtenção de um processo de alfabetização com sucesso é preciso dar a importância em explorar a língua de sinais através das configurações de mãos e outras formas criativas de compreender a língua materna no processo educacional.

2.4 O acesso à Língua Brasileira de Sinais - Libras na educação do surdo

Para que as crianças surdas aprendam é fundamental que os pais ouvintes também façam o uso da Libras no seu convívio familiar expondo a Língua Brasileira de Sinais e oferecendo outros recursos da língua de sinais, como expressão facial, movimento corporal e uso do espaço no qual dará base ao aprendizado da aquisição da escrita, a compreensão e produção textual. Para Farias e Farias Filho (2022, p.903) esse contexto deveria ser o mesmo na escola, pois “o papel da LIBRAS na sala de aula é o de mediar à integração dos alunos surdos no processo de ensino e aprendizagem de acordo com suas especificidades linguísticas e culturais”.

Nesse eixo verificamos o acesso da língua dos surdos no contexto sala de aula. Dessa forma, Lacerda (2007) enfatiza que as aulas variam de acordo com as dinâmicas do professor, como o uso dos livros didáticos, vídeos, mapas auxiliando estratégias metodológicas. De modo geral, a proposta educacional bilíngue é primordial para a aquisição de linguagem da pessoa surda. Partindo dessa discussão a aquisição do ensino da Libras pode ocorrer em diferentes momentos da vida. Pereira e Vieira (2009) considera que o acesso pode resultar em interação social.

Vale ressaltar que o trabalho discutido por Macedo e Matsumoto (2015) é a intervenção da escola fundamental ao surdo pois, muitos alunos são de pais ouvintes sem nenhum conhecimento com a Libras. Além disso, na maioria das famílias desconhecem e/ou não têm acesso à Libras. Para Vieira-Machado, Rodrigues e Carvalho (2022, p.754) “A grande maioria dos surdos não usa a Libras em casa”. Dessa forma, na escola é primordial que os profissionais passem por formações que possibilitem terem conhecimento de língua de sinais, e assim, se aproximarem da modalidade visual-espacial em um perfil bilíngue para os alunos surdos. Para uma educação inclusiva, Lebedeff (2004) defende que a família ouvinte amplie o acesso a língua de sinais para romper essa barreira de comunicação essencial às práticas sociais de letramento necessárias ao aprendizado do aluno.

Na pesquisa de Tartuci (2015), o acesso à Língua Brasileira de Sinais é primordial para a educação infantil. Pois é nessa fase que a criança descobre o seu corpo, o mundo e em geral na escola que se adquire o conhecimento da Libras. Promover a educação bilíngue o quanto mais cedo cria o elo de motivações nas questões da comunicação e no âmbito das propostas educacionais. Dessa forma, o docente estabelece a dinâmica de ensino e aprendizagem propondo atividades

que realize a mediação visando o desenvolvimento do aluno com a sua língua materna e ao mesmo tempo com a língua portuguesa. A oportunidade de dominar a Língua Brasileira de Sinais, Quadros e Schmiedt (2006) comenta que auxilia na capacidade de explorar o reconhecimento de uma segunda língua, sustentando o conhecimento gramatical da língua dando subsídio ao processo da leitura e escrita da Língua Portuguesa. No entanto, apesar de ser uma língua oficial é preciso destacar que

os sujeitos surdos a vivenciam nos espaços escolares como uma língua de tradução de conteúdos apresentados desde a língua portuguesa, ou seja, desde uma língua oral auditiva, tornando os surdos eternamente tradutores, e se tradutores da língua, claramente tradutores da vida (VIEIRA-MACHADO; RODRIGUES; CARVALHO, 2022, p.746).

Dessa forma, não podemos apenas limitar a Libras como tradução dos conteúdos, mas como uma língua que constrói sentido no mesmo patamar das línguas orais e não pode ser instrumentalizada, e sim, inserida na centralidade do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes surdos.

Na escola do município de Duque de Caxias - RJ, Calixto e Ribeiro (2016) afirmam que a educação é voltada à abordagem bilíngue proporcionando uma educação inclusiva em ensino regular, possibilitando e desenvolvendo língua de sinais como primeira língua. Dessa forma, essa escola cumpre os termos legais e aplica as políticas pensadas no atendimento do aluno surdo. Nessa perspectiva, o reconhecimento da Libras, segundo a Lei 10436/02, regulamentada pelo Decreto 5626/05, é reconhecido como um marco histórico para os sujeitos surdos do Brasil, pois foi resultado de lutas e requisições por parte dos movimentos sociais. Nesse sentido, as leis destacam os direitos linguísticos dos surdos assegurando a Língua Brasileira de Sinais como a primeira língua do sujeito surdo e garante o ensino bilíngue.

Os alunos surdos da Escola Professora Adelina Almeida (EPAA), estudam em salas regulares com os intérpretes que atuam traduzindo as disciplinas por meio da Libras, nas pesquisas de Silva e Freire (2017). Dessa forma, promovem o conhecimento e enriquecimento de vocabulário através das atividades. A Libras ganha destaque na prática inclusiva no contexto escolar, Ferreira Brito (1995) nos lembra que ela não deve ficar limitada às representações gráficas, mas sim, como verificamos na pesquisa, deve fazer parte do processo.

Vale ressaltar a pesquisa de Fernandes e Laranja (2017), pois, de acordo com esses autores os alunos surdos possuem saberes culturais vinculados às noções visuais. Associá-las às práticas educacionais auxiliaria na aprendizagem e assimilação de conteúdo como a Libras. Nesse sentido, são as escolas que devem se adaptar aos alunos surdos, e, englobar em suas práticas educacionais a singularidade linguística e específica desse grupo. À medida que a Libras passou a ser reconhecida como uma língua, Quadros (2007) menciona que os surdos começaram a ter acesso através dos intérpretes de língua de sinais, um avanço para a comunidade surda.

No atendimento educacional especializado, também verificamos o atendimento do intérprete de Libras que acompanha com o plano de elaboração destinado a alfabetização dos alunos surdos. Essa é uma ação discutida pela pesquisa de Moret e Mendonça (2019). Sendo assim, o aluno tem a interação da sua língua materna juntamente com a Língua Portuguesa. Essa proposta bilíngue auxilia no processo de alfabetização do surdo. Nesse contexto, para o aluno surdo é primordial que tenha contato com a sua língua materna. Através dela, ele aprende a segunda língua durante a nessa interação. Dessa forma, o aprimoramento linguístico alcança objetivo de ensino de qualidade para a criança desenvolver-se. Nessa abordagem Quadros e Schmiedt (2006) apontam que o aluno surdo tem o direito de ser alfabetizado com o ensino da Língua Brasileira de Sinais tendo a possibilidade de se aprender a segunda língua como a Língua Portuguesa oportunizando ao mundo letrado.

No entanto, é necessário registrar que “o desafio que devemos enfrentar é olhar para a língua da escola pela perspectiva pedagógica” (VIEIRA-MACHADO; RODRIGUES; CARVALHO, 2022, p.752). Dito em outras palavras, as práticas educacionais precisam envolver todos os estudantes, sejam surdos e ouvintes, no que diz respeito à utilização das línguas utilizadas no espaço da sala de aula. A chave é a socialização das línguas e não compartimentalização.

2.5 O processo de ensino e aprendizagem para o aluno surdo

A escola ao longo dos anos, vem sempre implementando formas para inclusão dos alunos surdos em salas de aula regulares. Desse modo, não devem apenas matricular os alunos, mas sim, acreditarem nas capacidades e criar estratégias para que os alunos surdos desenvolvam em todos os aspectos.

Nessa perspectiva, analisando a metodologia da pesquisa Lacerda (2007) o aluno não sente dificuldade no processo de aprender a língua de sinal, pois a aquisição é estimulada por meio de reflexões sobre a língua dentro de uma modalidade visual espacial que auxilia na aprendizagem. Dessa maneira, a língua de sinal tem o papel fundamental tornando-o capaz de socializar e constituindo a comunicação eficiente por meio para aquisição de conhecimentos. A criança se utiliza das estratégias já utilizadas fazendo uso de uma referência ou experiência prévia, conforme discutido por Peixoto (2006). Dessa forma, surgirão novos conhecimentos pela qual se adquire conhecimento e aprendizagem.

Outra argumentação que reforça nossa ideia é feita por Faria Filho (2022) ao mencionarem que no ambiente escolar a Libras é de suma importância já que é por meio desta que a criança ingressa no meio social e constrói seu desenvolvimento. Desse modo, é fundamental o investimento em políticas públicas no que diz respeito à formação profissional na área específica de atuação com estudantes surdos, compreendendo

a cultura, identidade, língua e a forma como estes percebem o mundo.

Pensando dessa forma, o ensino da Libras por profissionais da escola regular citada por Macedo e Matsumoto (2015) é o aspecto fundamental para o processo ocorrer naturalmente. Em outras palavras, dominando a língua de sinais os estudantes terão mais chances de se apropriar de uma segunda língua. Nesse caso, os surdos fazendo o uso da língua de sinais aprendem a leitura de sua própria comunidade surda. A escola é primordial para aquisição da Libras pelo aluno surdo, Quadros (1997) nos lembra de propor ambiente linguístico para que o surdo tenha condições de garantir atendimento na educação inclusiva.

Para Pinto e Santos (2022, p.6) no que concerne o direito e acessibilidade linguística é “fundamental que a Libras assuma a centralidade do desenvolvimento, especialmente quanto à aprendizagem, de maneira que seja um direito linguístico assegurado às pessoas surdas.

Nesse elo entre a aprendizagem significativa e o processo de ensino na pesquisa de Tartuci (2015) destacam-se por meio da literatura infantil. Os alunos constroem conhecimento e aprendizagens. Sendo assim, a escola cabe promover práticas educativas que se pautem em um olhar bilíngue. Essa relação de promover conhecimento Quadros e Schmiendt (2006) confirmam e destacam a importância de a literatura ser considerada também na perspectiva bilíngue.

Calixto e Ribeiro (2016) destacam os apontamentos positivos na abordagem bilíngue. Pois, favorece o conhecimento dos alunos surdos possibilitando o desenvolvimento cognitivo, linguístico e social. Sendo assim, o processo de ensino bilíngue expressa significado primordial ao aluno surdo considerando a interação das línguas e os elementos linguísticos presentes na atividade proposta pelo docente. Diante desse contexto, é preciso registrar que ainda há muitos desafios nessa questão. Para Pinto e Santos (2022) há uma “lacuna na educação a falta de protagonismo e de reconhecimento do papel formativo da primeira língua: a língua de sinais”. Isso significa dizer que muito a para se fazer em relação à estrutura, tanto física quanto formativa no atendimento à educação bilíngue com estudantes surdos.

Apensar dos desafios, pesquisas como a de Silva e Freire (2017) fornecem pistas para avançar para um processo de ensino e aprendizagem mais acessível. Para estas autoras, na pesquisa que desenvolveram, as atividades realizadas pelo processo da abordagem bilíngue evidência a utilização de diversos materiais de recursos visuais, jogo da memória, dominó, teatro entre outros ferramentas importantes que facilitam na aprendizagem e no desenvolvimento de compreender a estrutura da língua de sinais e da Língua Portuguesa. Dessa maneira, a capacidade de desenvolvimento do processo dos alunos surdos se eleva através da atividade praticada em sala de aula contribuirá no desempenho de conhecimento linguístico. Vale ressaltar novamente o papel da formação específica dos profissionais que atuam com surdos,

pois só dessa maneira é possível envolver duas línguas em um mesmo espaço de modo que o surdo sinta-se protagonista do processo de ensino e aprendizagem.

é notória a importância da formação docente específica para professores que atuam com aluno Surdo; e que essa contemple o estudo da cultura e identidade Surda, para que os professores compreendam essas especificidades, ressignifiquem a sua prática e contribuam de forma real para a inclusão desse aluno (SOUZA; LIMA, 2022, p.6).

Nesse mesmo viés, com a formação sendo constantemente realizada, a aprendizagem acontece, o conteúdo selecionado se encaixa no processo de ensino e aprendizagem com objetivos que tragam autonomia aos alunos, levando a reflexão da disciplina (FERNANDES; LARANJA, 2017). Nesse sentido, o aluno será capaz de observar e compreender as concepções trabalhadas no momento tornando significativas ao aluno. Tomando por base nos estudos de Coll (1998), o processo de ensino aprendizagem para fazer sentido para os alunos surdos necessita selecionar conteúdos com objetivo de significar a capacidade do aluno, levando em consideração a sua criatividade e sua cultura.

Retomando a pesquisa de Moret e Mendonça (2019) o acesso e o processo de aprendizagem teve a iniciativa com a explicação em Libras e em seguida para Língua Portuguesa, utilizando de atividades elaboradas para fixação do aprendizado que ganhou a complexidade conforme o seu desenvolvimento. Ao analisar a proposta bilíngue, Quadros (2006) confirma que ensinar conteúdo em Língua Brasileira de Sinais e ensinar a Língua Portuguesa com aspectos específicos das aulas com leitura e escrita da língua favorecem a melhoria da educação bilíngue.

3 Conclusão

Este texto trouxe discussão sobre os aspectos históricos da educação inclusiva em destaque a educação do surdo no Brasil. Buscando compreender a adequação e evolução do ensino aos alunos surdos voltado nos principais artigos para educação que relaciona aos serviços especializados.

O ensino da Libras requer ações que antecipem sua efetivação, de modo a atingir a eficácia desejada se pensado com intuito de promover significativamente a autonomia e o aprendizado do aluno surdo numa língua que para ele é natural. O docente deve planejar o ensino dessa língua a partir dos diversos aspectos que envolvem sua aprendizagem, como: referências visuais, aspectos linguísticos, estratégias lúdicas para o ensino formal de Libras e da Língua Portuguesa.

Entendemos que é essencial a formação específica para que os profissionais da educação inclusiva possam trabalhar na elaboração de atividades e aulas que reconheçam a utilização de outras linguagens, para além daquelas já utilizadas na escola, pois os alunos dispõem de nível de conhecimento linguístico amplo e que deve ser valorizado.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002. [acesso em: 23 abr. 2020].
- CALIXTO, H.R.S.; RIBEIRO, A.E.A. A educação de surdos em Duque de Caxias: marcos históricos. *Periferia*, v.8, n.2, p.45-66, 2016. doi: <https://doi.org/10.12957/periferia.2016.27913>
- CARVALHO, N.S.A.; SILVA C.A.F. Educação inclusiva para surdos. *Rev. Virtual Cultura Surda*, n.13, 2014.
- COELHO, E.T.A. et al. Uma perspectiva histórica sobre a educação dos surdos no Brasil: um olhar sobre as leis que tratam sobre a educação inclusiva. *Conjecturas*, v.22, n.18. doi: [10.53660/CONJ-1720-2W22](https://doi.org/10.53660/CONJ-1720-2W22)
- COLL, C. Os conteúdos na reforma: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- FARIAS, R.M.S.; FARIAS FILHO, E.N. Pesquisas sobre a língua brasileira de sinais (libras) e educação de surdos na escola: uma revisão de literatura. *Rev. Interinst. Artes Educ.*, v.8, n.3, p.899-914 2022. doi: <https://doi.org/10.12957/riac.2022.68548>
- FERNANDES, J.V.; LARANJA R.E.P. Atuação da sala de recursos no processo de ensino aprendizagem da Geografia para alunos surdos. *Rev. Educ. Popular*, v.16, n.1, p.129-139, 2017. doi: https://doi.org/10.14393/REE-v16n12017_rel01.
- FERREIRA, B.L. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, 1995.
- GESSER, A. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- GOLDFELD, M. Breve relato sobre a Educação de Surdos. In: GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. São Paulo: Plexus, 2001. p.24-43.
- LACERDA, C.B.F. O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com aluno surdo. *Rev. Bras. Educ. Esp.*, v.3, n.2, p.257-280, 2007. doi: [//doi.org/10.1590/S1413-65382007000200008](https://doi.org/10.1590/S1413-65382007000200008).
- LACERDA, C. B. F. O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com aluno surdo. *Rev. Bras. Educ. Esp.*, v.13, n.2, p.257-280, 2007.
- LACERDA, C.B.F. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos. *Cad. Cedes*, 1998. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32621998000300007>
- LEBEDEFF, T.B. Práticas de letramento na pré-escola de surdos: reflexões sobre a importância de contar histórias. In: THOMA, A.S.; LOPES, M.C. A invenção da surdez: Cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004. p.128-139.
- MACEDO, A.R.R.; MATSUMOTO, A.S. Aquisição da Língua Portuguesa escrita por crianças surdas. *Solettras*, n.30, p.206-220, 2016. doi: <https://doi.org/10.12957/solettras.2015.19151>.
- MORET, M.C.F.F.; MENDONÇA, J.G.R. A proposta bilíngue na educação de surdos: práticas pedagógicas do processo de alfabetização no município de Colorado do Oeste/RO.
- PEREIRA, M.C.C.; VIEIRA, M.I.S. Bilinguismo e educação de surdos. *Rev. Interc.*, v.19, p.62-67, 2009.
- PEIXOTO, R.C. Algumas considerações sobre a interface entre a língua brasileira de sinais (LIBRAS) e a língua portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda. *Cad. Cedes*, v.26, n.69, p.205-229, 2006.
- PINTO, M.M.; SANTOS, L.F. Concepções de professores de alunos surdos sobre inclusão e educação bilíngue. *Rev. Educ. PUC-Campinas*, v.27, e225726, 2022. doi: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v27e2022a5736>
- QUADROS, R.M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- QUADROS, R.M.; SCHMIEDT, M.L.P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, 2006.
- QUADROS, R.M. O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Brasília: MEC, 2007.
- QUADROS, R.M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortes, 2007.
- SHIMAZAKI, E.M.; MORI, N.N.R. Fundamentos da Educação Especial. In: MORI, N.N.R.; JACOBSEN, C.C. (Org.). Atendimento Educacional Especializado no contexto da Educação Básica. Maringá: EDUEM, 2012. p.31-39.
- SILVA, M.M. FREIRE, G.H.A. Um olhar sobre a educação escolarizada de surdos à luz da competência em informação. *Inform. Soc. Estudos*, v.27, n.1, p.161-174, 2017.
- SOUZA, A; LIMA, F.P.M. Inclusão de alunos surdos: desafios e necessidades do docente. *Olhar Prof.*, v.25, p.1-23, e-18457.038, 2022. doi: <https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.25.18457.038>
- TARTUCI, D. A Educação bilíngue e o acesso à Língua Brasileira de Sinais na Educação Infantil. *Rev. Espaço*, n.44, p.47-66, 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.20395/re.v0i44.70em:f>.
- VIEIRA-MACHADO, L.M.C.; RODRIGUES, J.R.; CARVALHO, D.J. Reflexões sobre educação de surdos em nossa contemporaneidade: a libras como língua da escola. © ETD, v.24 n.4 p.742-760, 2022. doi: [10.20396/etd.v24i4.8669320](https://doi.org/10.20396/etd.v24i4.8669320)